

Sul América Serviços de Saúde S.A.

CNPJ 02.866.602/0001-51



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeiras anuais, também pelo método direto. **1. Conjuntura econômica:** Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injeção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alcançando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em

meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuario e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2017	2016	Δ
Contraprestações efetivas	1.571,3	1.058,9	48,4%
Eventos Indenizáveis Líquidos	(1.515,2)	(1.011,6)	-49,8%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	56,1	47,3	18,6%
Resultado bruto	48,1	35,0	37,5%
Resultado financeiro líquido	29,3	7,5	293,8%
Resultado antes dos impostos e participações	53,5	14,2	276,4%
Resultado líquido	37,0	9,6	284,3%

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante		556.368	338.982
Disponível		10.978	3.576
Realizável		545.390	335.406
Aplicações financeiras	5	294.335	176.668
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		264.250	176.412
Aplicações livres		30.085	256
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	229.482	147.664
Contraprestações pecuniárias a receber		229.482	147.664
Créditos tributários e previdenciários	8	3.200	763
Bens e títulos a receber	7	17.190	10.247
Despesas antecipadas		1.183	64
Não circulante		59.660	34.843
Realizável a longo prazo		49.485	26.632
Créditos tributários e previdenciários	8	30.456	6.978
Ativo fiscal diferido	8	16.930	17.696
Depósitos judiciais e fiscais	13.1	2.099	1.958
Investimentos	9	10.084	8.052
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		10.084	8.052
Outros investimentos		10.084	8.052
Imobilizado		7	9
Imobilizado de uso próprio		7	9
Não hospitalares/não odontológicos		7	9
Intangível		84	150
Total do ativo		616.028	373.825

	Notas	2017	2016
Passivo			
Circulante		281.328	186.861
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	217.582	150.262
Provisão de eventos a liquidar para SUS		1.298	651
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		216.284	149.611
Débitos de operações de assistência à saúde		26.599	12.753
Comercialização sobre operações		1	1
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		26.598	12.752
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		25	52
Provisões		5.400	-
Provisões para IR e CSLL		5.400	-
Tributos e encargos sociais a recolher		15.238	12.077
Débitos diversos	11	16.484	11.717
Não circulante		6.785	7.201
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	1.991	1.936
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		1.991	1.936
Provisões		-	1.027
Provisões para ações judiciais	13.2	-	1.027
Tributos e encargos sociais a recolher		4.794	4.338
Tributos e encargos sociais a recolher		4.794	4.338
Tributos e contribuições	13.2	4.438	4.338
Parcelamento de tributos e contribuições		356	-
Patrimônio líquido	14	327.915	179.663
Capital social		282.000	162.000
Reservas		45.854	17.663
Reservas de lucros		45.854	17.663
Ajustes de avaliação patrimonial		61	-
Total do passivo		616.028	373.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2016		47.000	333	9.995	10.328	-	-	57.328
Aumento de capital conforme AGE de 29/09/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 770.343.451 novas ações ordinárias	14.1	20.000	-	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital conforme AGE de 30/11/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.376.128 novas ações ordinárias	14.1	20.000	-	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital conforme AGE de 28/12/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$75.000, com a emissão de 2.848.339.561 novas ações ordinárias	14.1	75.000	-	-	-	-	-	75.000
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.620	9.620
Proposta da destinação do lucro líquido:								
Reserva legal		-	481	-	481	-	(481)	-
Reserva estatutária		-	-	6.854	6.854	-	(6.854)	-
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,33 (em reais) por lote de mil ações		-	-	-	-	-	(2.285)	(2.285)
Saldos em 31/12/2016		162.000	814	16.849	17.663	-	-	179.663
Saldos em 01/01/2017		162.000	814	16.849	17.663	-	-	179.663
Aumento de capital conforme AGE de 29/03/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$30.000, com a emissão de 1.129.564.619 novas ações ordinárias	14.1	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Aumento de capital conforme AGE de 30/05/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$30.000, com a emissão de 1.128.219.198 novas ações ordinárias	14.1	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Aumento de capital conforme AGE de 28/06/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$40.000, com a emissão de 1.493.624.876 novas ações ordinárias	14.1	40.000	-	-	-	-	-	40.000
Aumento de capital conforme AGE de 04/12/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 753.394.449 novas ações ordinárias	14.1	20.000	-	-	-	-	-	20.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	61	-	61
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	36.972	36.972
Proposta da destinação do lucro líquido:								
Reserva legal		-	1.849	-	1.849	-	(1.849)	-
Reserva estatutária		-	-	26.342	26.342	-	(26.342)	-
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,77 (em reais) por lote de mil ações		-	-	-	-	-	(8.781)	(8.781)
Saldos em 31/12/2017		282.000	2.663	43.191	45.854	61	-	327.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros nº 1.673, 8º andar, Pinheiros, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como: planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde e outros benefícios, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. Em 09/11/2007, a Companhia foi credenciada como operadora de planos privados de assistência à saúde, junto à ANS, na modalidade de administradora de serviços com fins lucrativos. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA). A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 28/02/2018 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeiras anuais, também pelo método direto. Adicionalmente, em obediência ao ofício circular ANS nº 50/2017/COAOP/GEA/OPI/GAME/DI/RA/D-DIOPE/DIOP a companhia reclassificou obrigações de ressarcimento ao SUS da rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" no passivo circulante para rubrica "Provisão de eventos a liquidar" para SUS, no passivo não circulante. A Diretoria manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reclassificados no ativo circulante: Os rendimentos das valorizações e desvalorizações sobre os títulos e valores mobiliários não são ajustados a valor presente. • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5). • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações líquidas, que correspondem aos valores repassados à Companhia para pagamento dos custos dos planos de saúde administrados, são contabilizadas com base nas faturas apresentadas pelos fornecedores à Companhia e apresentadas como receita, na demonstração do resultado; • Os eventos indenizáveis, que correspondem aos custos dos planos de saúde administrados, são constituídos pelo valor das faturas apresentadas pelos prestadores de serviços, sendo apresentadas, na demonstração do resultado, como despesas; • A receita com taxa de administração de planos de assistência à saúde é reconhecida na medida em que os serviços são prestados e contabilizada com base nas faturas. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atuação monetária são atualizados sobre esse base no resumo definido no seguinte: **3.1.3. Redução ao valor recuperável:** **3.1.4. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indicação de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **3.1.5. Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de ação ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado

pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Investimentos - participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O age decorrente de aquisição com undamento econômico de exposição de rentabilidade futura é classificado em investimentos na demonstração financeira da Companhia. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo estabelecido levam-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 03 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.7. Passivos circulante e não circulante:** **3.7.1. Provisão de eventos a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos, **3.7.2. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno da Companhia. **3.7.3. Dívidas a pagar:** Informações sobre os casos de processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores desembolsados em processos encerrados nos últimos 60 meses e os valores correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desempenho financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não inferiores a R\$100.000,00 e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados mensalmente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa da SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.7.4. Benefícios para empregados:** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e seguro saúde. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais de acordo com o método da unidade de crédito projetada e outras premissas. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subtotais no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de personalidade formal do órgão regulador. • IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018; e • IFRS 16 / CPC 6 (R2) - Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019. As seguintes normas alteradas e interpretadas não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 - 2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir

3. Contaratório sobre o desempenho: Em 2017, as contraprestações efetivas totalizaram R\$1.571,3 milhões, 48,4% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis líquidos representaram uma despesa de R\$1.515,2 milhões, um aumento de 49,8% em comparação a 2016. O resultado das operações com planos de assistência à saúde aumentou, dessa forma, R\$56,1 milhões, 18,6% acima do ano anterior e o resultado líquido no final do período foi de R\$37,0 milhões, um aumento significativo em relação a 2016. **4. Distribuição do resultado:**

(R\$ milhões)	2017	2016
Lucro antes dos impostos e participações	53,5	14,2
(-) Impostos e contribuições	(14,7)	-2,3
(-) Participações	(1,8)	-2,3
Lucro líquido do exercício	37,0	9,6
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1,8)	-0,5
Lucro líquido ajustado	35,1	9,1

Dividendos obrigatórios:

	2017	2016
25% do lucro líquido ajustado	8,8	2,3
Saldo dos dividendos obrigatórios	8,8	2,3

Destinação:

	2017	2016
Constituição de reserva estatutária	26,3	6,9

5. Investimentos: Em 31/12/2017, a Companhia mantinha investimentos diretos na Healthways Brasil Serviços de Consultoria Ltda. no montante de R\$10,1 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2017	2016
Contraprestações efetivas		-	1.571.304
Receitas com operações de assistência à saúde		-	1.577.327
Contraprestações líquidas	15.1	1.577.327	1.062.389
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.023)	(3.530)
Eventos indenizáveis líquidos		(1.515.181)	(1.011.591)
Eventos conhecidos ou avisados	15.2	(1.515.181)	(1.011.591)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde			